



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA E INSEGURANÇA ALIMENTAR NO SUL DO BRASIL

FLÁVIO SACCO DOS ANJOS; NÁDIA VELLEDA CALDAS; WANDA GRIEP HIRAI;

PPGSPAF

PELOTAS - RS - BRASIL

nvcaldas@ufpel.edu.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Políticas Sociais para o Campo

MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA E INSEGURANÇA ALIMENTAR NO SUL DO BRASIL

Grupo de Pesquisa: Políticas Sociais para o Campo

Resumo

O artigo se propõe a estabelecer a conexão existente entre o processo de mercantilização na agricultura e a insegurança alimentar, considerando como base empírica pesquisa recente realizada no Estado do Rio Grande do Sul. O trabalho explora o tema do autoconsumo desde a perspectiva da agricultura familiar, baseando-se em dados e informações obtidos em estudo de caso realizado em quatro territórios da geografia gaúcha. Os autores buscam demonstrar que a mercantilização da agricultura e do meio rural afeta, em graus distintos, mas inexoravelmente, ao conjunto de famílias rurais. O padrão de desenvolvimento agroexportador promove a exacerbação da especialização regional e mantém submetidas as explorações a uma dinâmica no qual o objetivo essencial passa a ser a rentabilização no uso dos fatores à produção de *commodities* agrícolas. Surge daí um círculo vicioso em que as famílias renunciam ao esforço por assegurar o atendimento de suas necessidades alimentares com base nos recursos da própria exploração. A estratégia do governo de territorializar a política de segurança alimentar culminou com a criação dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs). Os autores examinam os avanços e limitações que essa proposta encerra à luz de experiência recente realizada na região das Missões com base em trabalho conjunto realizado pela FAO e governo brasileiro.

Palavras-chaves: agricultura familiar, mercantilização, insegurança alimentar

Abstract

This paper examines the theme of territorial development and feeding security from the recent research done by the Pos-graduation in Agricultural Family Production Systems Program and Agrarian Social Sciences Department of Federal University of Pelotas. Such studies were conducted thanks to the support by CNPq. We propose to analyze herein some of the biggest questions which orient the central investigation, joining some previous conclusions that we could have up to now. One must consider that this research is not through, so we do not intend to exhaust the treatment to the aspects arisen, but amplify one extremely relevant discussion on the public politics point of view. The text is divided, besides this brief presentation, into four sections. The first one offers a quick view about today's agenda of Brazilian social investigation, upon the point of view of rural studies and on the agriculture situation. We will describe the concept of the "Food Security and Rural Territorial Development" (Desenvolvimento Territorial Rural e Segurança Alimentar) project – called from now on DTRSA Project, as two important definitions for the uptake of this paper. The first one is about the concept of "territorial dynamic development"; the second focus on the food security theme. This section ends with a problem research exposition and also with the former investigations. The second section assembles some general characteristics of the empiric universe of this study, which is, the Rio Grande do Sul State, as well as the methodology used to evaluate the self-consumption question in the exploits context in studied families. The third section shows some conclusion and turns to some questions that still today emerge on the academic debate about food security in agricultural family range, the public politics on warfare against hunger and food insecurity.

Key Words: family farming, mercantilization, food insecurity.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo examina o tema do desenvolvimento territorial e da segurança alimentar a partir de pesquisas recentes levadas a efeito pelo Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar e Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Universidade Federal de Pelotas. Tais estudos foram conduzidos graças ao apoio do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq).

O que aqui nos propomos analisar são algumas das grandes questões que orientam a investigação central, reunindo algumas das conclusões preliminares a que pudemos chegar até o presente momento. Há que considerar que se trata de uma pesquisa em andamento e, por esse motivo, não temos aqui a pretensão de esgotar o tratamento aos aspectos suscitados, mas ampliar uma discussão extremamente relevante do ponto de vista das políticas públicas.

O texto apresenta-se dividido, além dessa breve apresentação, em quatro seções. A primeira delas oferece um rápido balanço sobre a atual agenda de investigação social brasileira do ponto de vista dos estudos sobre o mundo rural e sobre a situação da agricultura. Descrever-se-á o marco conceitual do Projeto "Desenvolvimento Territorial Rural e Segurança Alimentar" (doravante referido como Projeto DTRSA), assim como duas definições importantes para os efeitos desse artigo. A primeira delas aborda o conceito de "dinâmica territorial de desenvolvimento"; a segunda enfoca o tema da segurança alimentar. Esta seção encerra com a exposição do problema de pesquisa e com os antecedentes da investigação.

A segunda seção reúne algumas características gerais do universo empírico desse estudo, qual seja, o estado do Rio Grande do Sul, bem como a metodologia utilizada para avaliar a questão do autoconsumo no contexto das explorações familiares investigadas. A terceira seção apresenta algumas conclusões e retoma alguns dos questionamentos que hoje

emergem no debate acadêmico sobre a questão da segurança alimentar no âmbito da agricultura familiar e das políticas públicas de combate à fome e à insegurança alimentar.

1.1 O problema de investigação

As ciências sociais brasileiras experimentam uma importante renovação temática no transcurso do último decênio. Novas questões vêm sendo incorporadas a uma agenda de investigação que emerge de outras demandas da sociedade, como resultado, entre outros aspectos, da pressão que sobre o Estado exercem atores sociais do campo e da cidade. Em um esforço de síntese é possível conceber quatro grandes eixos temáticos que conformam dita agenda, a saber:

a) A consolidação da agricultura familiar como categoria de análise e objeto de políticas públicas

Há uma produção acadêmica que se amplia sobre o que hoje se denomina “dinâmica da agricultura familiar”. Do ponto de vista científico crescentemente se lhe reconhece a especificidade enquanto forma social de produção que se orienta sob uma lógica de funcionamento centra na busca por assegurar a reprodução social da família rural e satisfazer as necessidades de consumo de seus membros. É conveniente admitir que essa ascensão surge como resultado da pressão política exercida pelos movimentos sociais que fazem incrementar sua atividade no começo dos anos noventa, entre os quais sobressai, em primeiro plano, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e os setores progressistas da Igreja Católica, cujas atuações desembocam em manifestações multitudinárias como os “Gritos do Campo” e “Gritos da Terra” nos estados meridionais e na capital federal. A intensa atividade e capacidade de articulação tiveram como resultado a criação do “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar” (PRONAF) em 1994.

b) A incorporação do universo da sustentabilidade

Este segundo eixo temático tem a ver com a influência exercida por organizações nacionais e estrangeiras em prol da busca de soluções para os problemas ambientais, particularmente os que resultam do impacto da agricultura produtivista e de outros aspectos a ela associados (exclusão social, degradação ambiental, dependência tecnológica, êxodo rural, etc.). A sustentabilidade é percebida em sua natureza multidimensional (social, ambiental, econômica, política, ética e cultural) e como um processo de mudança contraditório e complexo do ponto de vista de sua implementação. Com efeito, não são poucos os estudos que buscam uma aproximação ao exame dessa questão, assim como formular novos enfoques dirigidos à implementação de políticas públicas capazes de suplantam a perspectiva produtivista e imediatista que convencionalmente sustentou a atuação governamental sobre a agricultura e o mundo rural.

c) Os estudos sobre a nova ruralidade e a pluriatividade

No período sublinhado consolida-se um importante debate a partir do reconhecimento de que novas dinâmicas se impõem no campo brasileiro no que afeta à ocupação da população economicamente ativa. Os estudos sobre a pluriatividade iniciam-se no primeiro lustro dos anos noventa com alguns trabalhos pioneiros (SACCO DOS ANJOS, 1994, SCHNEIDER, 1995), mas é sobretudo com a aparição do Projeto Rurbano que dito fenômeno conquista uma dimensão nacional enquanto objeto de análise e reflexão acadêmica.

Mas além dos agricultores pluriativos, identificou-se a presença de “novos atores sociais” cuja expressão absoluta e relativa viu-se incrementada, como é o caso de desempregados, aposentados e outras pessoas cuja sobrevivência depende cada vez mais de atividades e rendas que pouco ou nada tem a ver com a agricultura. Em boa medida isso é

resultado das mudanças implementadas na seguridade social brasileira, que reduziu a idade mínima de aposentadoria (de 65 para 60 anos) para os trabalhadores rurais, estendendo esse direito às mulheres quando estas atingem 55 anos de idade. No segundo caso, o incremento no número de desempregados e não-ocupados é consequência da reiterada destruição de postos de trabalho protagonizada no contexto do *agronegócio* brasileiro devido ao processo de reestruturação ocorrido nas duas últimas décadas com seus desdobramentos (eliminação de muitas empresas ou redução nos níveis de contratação de trabalhadores). Muitos dos desempregados optam por permanecer no campo, contando muitas das vezes com os apoios da família e/ou de trabalhos precários realizados em caráter eventual.

d) O enfoque territorial do processo de desenvolvimento

Este quarto e último eixo tem a ver diretamente com o objeto do presente trabalho e com os aspectos destacados nos parágrafos precedentes. Os espaços não densamente urbanizados acham-se atualmente imersos num conjunto de transformações que redefinem relações sociais, alterando também a natureza dos processos de produção (GRAZIANO DA SILVA, 1999). A visão convencional que associa ditos espaços ao cumprimento de funções estritamente produtivas, e essencialmente vinculadas à produção de alimentos e matérias primas, se desvanece em meio a um processo no qual cresce o nível de protagonismo de atividades e rendas não-agrícolas e o recurso à pluriatividade (SACCO DOS ANJOS, 2001 E 2003; SCHNEIDER, 2003) por parte das famílias rurais, particularmente no Sul do Brasil. Tanto o enfoque dicotômico clássico (a clássica oposição rural-urbano) como a idéia do *continuum rural-urbano* mostram-se incompatíveis e anacrônicos para dar cabo dessas mudanças. A perspectiva territorial pode ser tomada como um esforço no sentido de romper com o enfoque dicotômico-dualista convencional. O território é visto como detentor de uma identidade cultural específica, bem como espaço no qual se desenvolvem relações sociais, econômicas e políticas com certo grau de singularidade.

1.2 O marco conceitual

O enfoque territorial implica, no limite, uma clara ruptura com o enfoque setorial do processo de desenvolvimento. Isso é particularmente relevante no sentido de entender que a agricultura representa uma atividade decisiva enquanto eixo de equilíbrio e sustentação no funcionamento de muitas regiões não densamente urbanizadas. Destarte, não se pode fechar os olhos ante os vínculos que prendem a agricultura em relação a outras atividades não agrárias, muitos dos quais responsáveis por ocupar uma proporção crescente da população.

Como é sabido, ao longo do tempo a agricultura viu-se submetida a processos que desembocam numa reiterada expulsão da força de trabalho sob a égide do incremento de produtividade e redução dos custos de produção. Para efeitos do presente estudo, encontramos diante da necessidade de sublinhar, ainda que de modo limitado e esquemático, dois dos conceitos sobre os quais se desenvolve o Projeto DTRSA, a saber: o de dinâmicas territoriais de desenvolvimento e o de seguridade alimentar.

a) As dinâmicas territoriais de desenvolvimento

No nosso entendimento, os territórios não podem ser tomados como objetos estáticos e desconectados dos processos gerais que afetam às estruturas sócio-produtivas, as quais invariavelmente sofrem o impacto de políticas de desenvolvimento regional e macroprocessos, a exemplo dos efeitos de acordos comerciais firmados com organizações multilaterais. Por outra parte, o enfoque territorial implica um processo de desenvolvimento que depende inexoravelmente dos recursos e potencialidades do próprio território.

É nesse sentido que convergimos no entendimento de que o Estado do Rio Grande do Sul é atravessado pelo peso de distintas dinâmicas territoriais de desenvolvimento, as quais

representam materializações de ditos processos e trajetórias que evidenciaremos no espaço a continuação. Cabe advertir que reconhecemos a existência de outras dinâmicas territoriais além das que aqui discutiremos. Entrementes, destacamos as que mais nos interessam na medida em que são elas as que com mais intensidade afetam os territórios sobre os quais nos propusemos analisar no marco da presente investigação.

b) A segurança alimentar

O tema da segurança alimentar encerra distintas acepções. Por uma parte, aparece associados com o que a literatura internacional define como *safety food*, referente às qualidades intrínsecas dos produtos alimentares do ponto de vista da sanidade e/ou das propriedades e atributos que lhes correspondem. Representa o que podemos definir como a versão stricto sensu dessa noção. A versão ampla da segurança alimentar (*food security*) tem a ver com o acesso a uma alimentação adequada como um dos direitos básicos ou fundamentais da pessoa humana; significa assegurar ao conjunto das populações uma oferta alimentar satisfatória, social e culturalmente referenciada. É fundamental destacar esse aspecto. Há exatos quarenta anos surgiu no Brasil um interessante estudo etnográfico (Os Parceiros do Rio Bonito) no qual Antônio Cândido defendia a importância de estabelecer uma “sociologia dos meios de subsistência”. No plano dessa perspectiva, a obtenção da comida representa o núcleo de um dos mais vastos complexos culturais, constituído de normas, símbolos e representações (CÂNDIDO, 1964). Coincidimos plenamente com estas premissas, que, desde nosso ponto de vista, são decisivas para entender as contradições que o conceito de “segurança alimentar” pode abarcar diante dos esforços da sociedade para combater a fome com base em estratégias inovadoras, como é o caso da aposta pela emancipação dos grupos sociais, suplantando a política meramente assistencial e nitidamente compensatória.

Nos últimos anos, como é sabido, a questão alimentar converteu-se em matéria de importantes debates e objeto privilegiado de intervenção estatal. Chegou inclusive a ser assumida como peça da retórica oficial e de grupos de interesse na arena política que culminou com a vitoriosa campanha de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república. Não obstante, a luta contra a fome é resultante de um processo histórico de mais de duas décadas de mobilização social. O programa “Fome Zero” é, em verdade, um grande marco através do qual aglutina-se um conjunto de programas de caráter imediato e de natureza estrutural. No primeiro caso temos as políticas de transferência direta de renda (bolsa-escola, bolsa-família, etc.), distribuição de alimentos, compras antecipadas da agricultura familiar, merenda escolar, etc. No segundo caso constam ações voltadas à reestruturação fundiária, apoio à instalação de jovens agricultores, acesso a políticas públicas de fomento à produção agroalimentar, bem como iniciativas voltadas à democratização no acesso à água, como no caso de regiões historicamente afetadas pelas estiagens, a exemplo do semi-árido nordestino.

A criação dos “Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local” (sinteticamente referidos como CONSADs) conformam o esforço do governo brasileiro por literalmente “territorializar” a política de segurança alimentar. Resumidamente podem ser definidos como uma espécie de associação ou organização de corte regional, cujos municípios, representados pelo poder público e organizações privadas (organizações não-governamentais, movimentos sociais, instituições religiosas, sindicatos e associações), articulam-se no sentido de discutir e fomentar políticas dirigidas à inclusão social, combate à fome e ao fortalecimento do tecido social e produtivo de uma região previamente definida. A idéia central é estimular a que os atores social envolvidos concebam projetos que transcendam a perspectiva municipal, sendo estes apoiados por meio de recursos federais, desde que comprovado seu mérito e conveniência.

Tal concepção identifica-se com a orientação de importantes escolas francesas, a exemplo de Kayser et al (1994), segundo o qual “são os projetos que moldam e conformam os

territórios”. No transcurso do biênio 2003-2004 foram criados nove (9) CONSADs no país. O Estado brasileiro pretende chegar à criação de um total de 40 CONSADs até o final de 2005 e 80 no transcurso do último ano do Governo Lula (2006). No Rio Grande do Sul o primeiro CONSAD o primeiro CONSAD surge na região das Missões, fronteira com a República Argentina. Congrega 25 municipalidades em um território (12.412 km²) no qual vivem 267.536 habitantes. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2004) há, nesses municípios, 85.694 e 38.337 pessoas que se encontram em situação de pobreza e indigência respectivamente¹.

É bastante comum a confusão existente entre pobreza e fome, ou, mais precisamente, entre pessoas pobres e em situação de insegurança alimentar. É essa uma das causas pelo qual inexistente uma definição clara sobre o número de pessoas que hodiernamente se enfrentam à fome tanto em nível de país quanto no estado do Rio Grande do Sul. Particularmente interessa ao objeto desse estudo saber como e por que numa das unidades federativas mais importantes do ponto de vista do desenvolvimento humano e econômico ou desde a perspectiva da contribuição correspondente à formação da riqueza nacional, há fortes indícios que apontam ao aumento da incidência da pobreza e insegurança alimentar? Trata-se aparentemente de um paradoxo, reconhecendo que Rio Grande do Sul é um dos estados mais importantes do ponto de vista da exportação agrícola (soja, arroz, milho, fruticultura) e animal (bovinos, aves e suínos). Diante desse fato, cabe indagar sobre as causas que engendram ou permitem conformam tal distorção.

Além disso, cabe também interrogar até onde é possível imputar ao declínio no nível de ingresso econômico das propriedades rurais a causa fundamental da insegurança alimentar no âmbito de um dos mais importantes setores da agricultura familiar nacional. São estas algumas das interrogação de que partimos para desencadear a presente investigação. Entretanto, antes de examinar os resultados obtidos, torna-se necessário expor o marco metodológico e os antecedentes desse trabalho.

1.3 O projeto original: a Pesquisa AFDLP / CNPq/ UFPEL / UFRGS

O período compreendido entre janeiro de 2002 e julho de 2004 coincide com o desenvolvimento da Pesquisa AFDLP, um programa de investigação intitulado “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul”. Trata-se de um esforço inter-institucional levado a cabo por programas de Pós-Graduação de duas universidades federais gaúchas (UFPEL e UFRGS), envolvendo um total de dezoito pesquisadores de distintas formações (agronomia, sociologia, geografia) sob o apoio financeiro do CNPq. O objetivo essencial dessa pesquisa foi examinar o processo de reprodução social da agricultura familiar com ênfase na importância da pluriatividade e o papel das rendas não agrícolas. Paralelamente, trabalhamos na perspectiva de avaliar o impacto das políticas públicas – em particular o papel do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e da previdência social rural desde a perspectiva das famílias rurais investigadas.

Com o objetivo de atingir esse objetivo trabalhamos na perspectiva de um estudo comparativo de quatro grandes regiões da geografia gaúcha, regiões estas afetadas, como aludimos anteriormente, por distintas dinâmicas territoriais de desenvolvimento. Os quatro estudos de caso (ver Fig. 1) somam um total de 2500 explorações familiares. Deste universo extraiu-se uma amostra de 238 estabelecimentos os quais foram submetidos à aplicação de

¹ Esta fonte define como pobres as pessoas que habitam domicílios cuja renda per capita é inferior a R\$ 75,50, enquanto que indigentes são aqueles que percebem uma renda inferior a R\$ 37,55.

questionários estruturados cujas informações formaram parte de um banco de dados (formato SPSS) com aproximadamente 1.300 variáveis.

As informações e dados reunidos sob a égide dessa pesquisa foram fundamentais para realizar uma série de aproximações sobre a natureza enigmática com que se apresenta a agricultura familiar no Sul do Brasil e, particularmente, sobre as distintas formas e situações através das quais se expressa a pluriatividade segundo as circunstâncias próprias a cada família (ciclo vital) e as possibilidades que o entorno social e econômico oferece ao exercício das atividades. Mas até então, se havia reservado uma escassa importância sobre o tema da segurança alimentar e sobre a questão do autoconsumo no contexto das explorações familiares investigadas.

Concretamente foi esta uma das linhas fundamentais que se buscou privilegiar na elaboração do Projeto DTRSA, referido anteriormente, o qual, do mesmo modo que a Pesquisa AFDLP, contou com o apoio financeiro do CNPq. Mas além de examinar os dados relativos à questão do autoconsumo nas 238 explorações pesquisadas, trabalhamos também na perspectiva de avaliar o impacto de algumas políticas. Neste âmbito realizamos uma aproximação à experiência recente do CONSAD Missões, analisando os alcances e resultados dessa nova modalidade de estratégia que o Estado brasileiro vem promovendo no combate à insegurança alimentar. Essa experiência foi relevante na medida em que a região que abarca o CONSAD Missões corresponde a uma de nossas quatro áreas de estudo.

O que a seguir apresentamos representa uma pequena parte dos dados reunidos no plano dessa investigação. Não obstante, antes de entrar na discussão propriamente dita, interessa-nos explorar alguns dos traços fundamentais do contexto desse estudo.

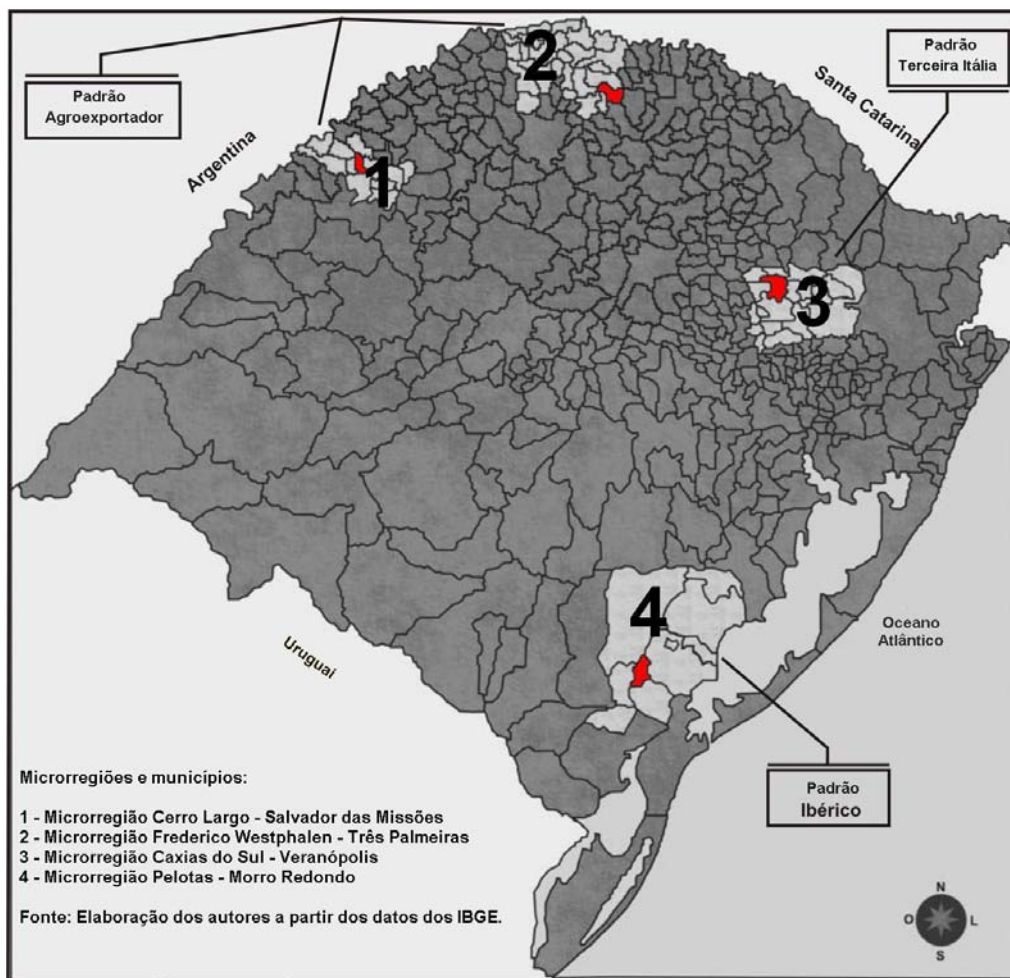


Figura 1. Mapa das dinâmicas territoriais de desenvolvimento no Rio Grande do Sul

2 O CONTEXTO EMPÍRICO DA INVESTIGAÇÃO

O Rio Grande do Sul situa-se no extremo meridional do Brasil. Concentra uma área territorial de 282.062 km² (3,3% do território nacional), o que equivale a aproximadamente 55,7% da área correspondente ao Estado espanhol, sendo aproximadamente 60% maior que a República Oriental do Uruguai. Nesta unidade federativa vivem cerca de 10,2 milhões de habitantes (6,0% da população nacional), dos quais 18,3% residem no que o censo demográfico define como espaço rural. Até o final dos anos noventa este Estado havia conquistado o segundo posto entre as unidades federativas mais importantes do ponto de vista da exportação. A contribuição média à formação do Produto Interno Bruto chega a aproximadamente 8,2% no transcurso dos últimos dez anos.

Os dados do Censo Agropecuário 1995-1996 (IBGE, 1998) indicam a existência de 429.783 explorações agropecuárias. Segundo a metodologia adotada pelo INCRA-SADE 294.495 destas podem ser consideradas como familiares (91,8% do total), as quais concentram aproximadamente 41% da terra agricultável. No estudo realizado por Guilhoto et al (2005a), a participação do agronegócio no Produto Interno Bruto nacional ascende a 30,6%, o qual corresponde a aproximadamente 1.556 milhões de reais em 2003. Mas para esse mesmo ano a participação do agronegócio na composição do PIB gaúcho era de 50,1%. Entre as produções mais importantes estão a soja, trigo, fumo, leite, avicultura e suinocultura, entre outros tipos de cultivos e criações onde há um alto nível de protagonismo da agricultura

familiar. De acordo com Guilhoto et al (2005b), a participação do agronegócio familiar no PIB gaúcho é de aproximadamente 27%, superior inclusive à contribuição do agronegócio patronal que chega a tão somente 23%. Por outra parte, os dados do centro agropecuário (1995-1996) dão conta de que 57,7% do valor bruto da produção total (animal e vegetal) é proveniente de estabelecimentos de caráter familiar.

Mas a realidade concreta mostra também outra cara, qual seja, a de um estado no qual 16,5% das pessoas são consideradas pobres, o que corresponde a um coletivo de aproximadamente 1,6 milhão de indivíduos. Mas é fundamental sublinhar que a incidência da pobreza no âmbito rural é bastante maior que no âmbito urbano, compreendendo respectivamente 22,6% e 14,6%. A pobreza e a insegurança alimentar não podem ser tomadas como sinônimos. Tampouco se pode admitir que ambos fenômenos acham-se disseminados igualmente em todos os rincões da geografia gaúcha, senão que se revelam como processos que incidem em umas partes mais em que outras no contexto sulriograndense.

Nosso entendimento encontra-se apoiado em três grandes premissas. A primeira delas é que a forma familiar de produção, em toda a diversidade de situações que abarca, encontra-se imersa em um ambiente social, político e institucional específico. Em segundo lugar, no sentido da imperiosa necessidade de se trabalhar dentro de uma perspectiva dialética do ponto de vista de compreender que a reprodução social das famílias rurais (no curto e longo prazo do ciclo vital) e o entorno social e econômico acham-se indissolivelmente conectados. Entendemos, em terceiro lugar, que o espaço geográfico correspondente ao Estado do Rio Grande do Sul acha-se afetado por macro processos econômicos que conformam “dinâmicas territoriais de desenvolvimento” nos termos explicitados na Fig. 1 que refletem, correspondentemente, sua particular incidência.

Nos parágrafos subseqüentes estas dinâmicas aparecem objetivamente descritas segundo suas especificidades.

a) O Padrão Agroexportador

O ponto central que define dita dinâmica recai no alto nível de protagonismo das chamadas *commodities* agrícolas, particularmente no caso da soja e do trigo, no desenvolvimento e sustentação das atividades econômicas. O tecido social e produtivo mostra-se como absolutamente tributário do desenvolvimento desses cultivos, com o qual, em anos de catástrofes climáticas ou de declínio nos preços praticados nos mercados externos, a economia regional é profundamente afetada. Ainda que a soja seja cultivada em quase todos os cantos da geografia gaúcha, não resta dúvida de que na porção norte-noroeste sua incidência, assim como do binômio trigo-soja, é muito mais intensa, como no caso das regiões correspondentes ao Alto Uruguai e Missões. O *boom* da soja (1965-1980) induziu uma série de transformações, entre as quais figura em destaque a intensificação do processo de mercantilização dos espaços rurais. Esse fato repercutiu no sentido de que todos os espaços e energias disponíveis foram convertidos em substrato quase exclusivo da produção de *commodities*. As investigações que vimos realizando nestes territórios, marcados pelos traços da colonização alemã e italiana, indicam que muitas famílias rurais renunciaram, inclusive, ao compromisso de produzir para o autoconsumo. Já não é raro encontrar camionetas que circulam pelas comunidades rurais para vender hortaliças e frutos de estação às famílias rurais. Estas acabam optando por adquirir produtos que até alguns anos eram gerados na própria exploração.

A mercantilização referida em outros estudos (MARSDEN, 1998) assume, nessa perspectiva, sua máxima expressão, no qual se percebe uma frenética busca por ampliar o nível de ingresso econômico familiar pela via da especialização produtiva e do incremento da produtividade dos fatores de produção. Num contexto marcado, simultaneamente, pelo descenso dos preços internacionais e crescimento nos custos de produção, impõe-se um

círculo vicioso que, sob sua égide, amarra a uma proporção crescente de explorações familiares. O processo de globalização, entendido aqui como ampliação ilimitada dos fluxos comerciais e da concorrência internacional, induziu ao aprofundamento desta tendência. O padrão agroexportador contribui à insegurança alimentar do ponto de vista regional e, fundamentalmente, desde a perspectiva das explorações familiares. O tecido produtivo mostra-se cada vez menos diversificado e o mercado de trabalho apresenta uma declinante capacidade de ocupar a população, sendo por isso intensas as migrações a outras regiões, sejam elas em caráter definitivo ou temporário.

b) A Terceira Itália Brasileira: A Serra Gaúcha

Compreende uma região situada no nordeste sulriograndense, marcada essencialmente pela influência da colonização italiana. O tecido produtivo revela-se como fortemente diversificado e os indicadores sociais demonstram que os municípios a ela pertencentes apresentam um dos melhores níveis de desenvolvimento do país. Trata-se de um dos mais importantes destinos turísticos brasileiros, nos quais figuram localidades que se destacam na produção vinícola (vinhos e espumantes). Há igualmente muitas indústrias, destacando-se a produção metalúrgica, de calçados e do setor agroalimentar. Na agricultura a importância recai na avicultura de corte e produção de uvas (mesa e vinho) além da suinocultura. A produção de hortaliças e frutas é comercializada na região metropolitana de Porto Alegre, dada a escassa distância (120 km) que a separa da capital gaúcha. Resulta decisivo o fato de que o mercado de trabalho reúne uma considerável capacidade de absorver a população ativa, havendo inclusive uma forte presença de “colonos-operários” ou o que a literatura internacional refere como *worker-peasants*, uma categoria de trabalhador que concilia o trabalho na exploração agropecuária com um emprego regular em indústrias do município ou região.

Trata-se da expressão mais evidente da unificação do mercado de trabalho urbano e rural, assim como uma situação típica de exercício da pluriatividade. Não obstante tais aspectos, é neste território onde encontramos diante de uma forte presença do que a literatura define como “ethos do colono”, que, para efeitos de referência, podemos identificar com o chamado “mito da autonomia camponesa”. Em resúmenes podemos defini-lo com a existência de certas práticas levadas a cabo pelos indivíduos no sentido de assegurar uma alimentação abundante e auto-suficiente, dentro das possibilidades com que contam as famílias. Entre os quatro estudos de caso constantes dessa pesquisa, é precisamente nesse território que se constata a maior importância (material e simbólica) das práticas de autoconsumo. Encontramos diante de uma característica que exprime a capacidade das famílias proverem, ainda que parcialmente, o atendimento das necessidades alimentares de seus membros.

Apesar da grande declividade das terras, do afloramento de rochas e da escassa dimensão das propriedades, é nessa área que detectamos as mais altas rendas (agrícolas e não-agrícolas) entre os quatro territórios examinados. Esse quadro é resultante, como aludimos anteriormente, ao alto grau de diversificação da matriz produtiva.

c) O Padrão Ibérico: uma agricultura familiar eclipsada

O Sul e o Sudeste do Rio Grande do Sul evidenciam o peso da grande exploração vinculada à pecuária extensiva e/ou à orizicultura irrigada em uma extensa planície que se estende desde a vertente oriental sulriograndense até chegar à fronteira com a República Oriental do Uruguai, comumente referida como “pampa úmida” do Brasil meridional. É especialmente na segunda metade do século XIX que houve o assentamento de imigrantes de origem alemã, italiana e francesa na pequena região serrana que se estende por oito municípios que conformam a zona conhecida como “Serra dos Tapes”, cuja núcleo urbano

mais importante é representado por Pelotas. Concretamente trata-se de uma espécie de “enclave” da agricultura familiar em meio a uma região em que sempre se impôs a forma patronal de produção como força politicamente hegemônica.

As pequenas explorações representam um segmento da agricultura familiar gaúcha que conheceu um período de relativa prosperidade e expansão até meados dos anos 1970 com a produção de pêssego, aspargo, tomate e leite comercializados junto a indústrias alimentares da região. O período subsequente coincide com reiteradas crises produzidas pela crescente abertura da economia e pela concorrência imposta pelos países integrantes do Mercosul. A perda de importância desses produtos é resultante do declínio das rendas agrícolas, assim como do desaparecimento de muitos estabelecimentos. Muitas áreas foram convertidas à produção de tabaco que cresceu consideravelmente em sistema de integração vertical com empresas transnacionais. O adjetivo de que nos servimos – agricultura familiar eclipsada – tem a ver com os obstáculos que historicamente tais explorações vivenciam no sentido de imporem-se como forma social dominante ou de construir uma sociabilidade correspondente às condições em que operam, em que pese o concerto das forças políticas no plano local e regional.

Na atual conjuntura a agricultura familiar enfrenta-se a um cenário no qual se vêem reduzidas as possibilidades de incrementar o nível dos ingressos econômicos no marco da liberalização dos mercados e desregulação da economia. Cresce consideravelmente o peso das transferências sociais como mecanismo de sustentação material das famílias. Desafortunadamente assiste-se ao declínio das práticas de autoconsumo, particularmente no caso de unidades produtivas que se especializam na produção de fumo, considerando que essa tendência é um pouco menos intensa nos estabelecimentos centrados na produção de hortaliças e frutas (morango, pêssego). Diante do reduzido grau de diversificação da matriz produtiva regional e do considerável peso de cultivos e atividades produtivas de caráter extensivo (pecuária, arroz irrigado), o mercado de trabalho mostra-se bastante reduzido na perspectiva de absorver a força de trabalho rural de forma satisfatória ao longo do ano agrícola.

Estabelecido o problema, definido o marco conceitual da pesquisa e esclarecidos aspectos fundamentais que embasaram a presente reflexão, examinemos agora os resultados a que conseguimos chegar no transcurso dos últimos três anos de investigação social.

3 O AUTOCONSUMO FAMILIAR NO CONTEXTO DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO

A hipótese geral de que partimos viu-se confirmada à luz dos dados reunidos a partir dessa pesquisa. Com efeito, a dimensão do autoconsumo familiar mostra-se bastante diferenciada entre os quatro territórios confrontados. As grandes disparidades são resultantes do impacto das dinâmicas territoriais de desenvolvimento, anteriormente sublinhadas, assim como por força de outros fatores que necessariamente não podem ser reduzidos à esfera estritamente econômica, em que pese o fato de serem o reflexo indiscutível de aspectos simbólicos conectados a essa questão.

Avaliar a dimensão objetiva do autoconsumo junto às 238 explorações familiares representou uma difícil tarefa a ser superada na realização dessa pesquisa. A grande maioria dos produtores desconhece a quantidade de frutas e hortaliças, assim como os produtos oriundos da chamada “indústria doméstica familiar” (embutidos, conservas, compotas, etc.) cuja produção se destina essencialmente ao autoconsumo familiar. Igualmente complexos são os critérios a serem adotados na atribuição do preço a estes artigos. O fato é que, ao não serem dirigidos à venda, invariavelmente os agricultores têm a tendência de infravalorar o papel que

assumem enquanto fonte indireta de renda. Na metodologia de estimação de preços dos produtos do autoconsumo, levou-se em conta os preços praticados nos mercados locais.

Os dados da Tab. 1 indicam que 92% das 238 explorações examinadas possuem hortas e pomares. O grande destaque reside em Veranópolis, município representativo da zona submetida ao padrão “Terceira Itália”. No extremo oposto, é em Morro Redondo (Padrão Ibérico) onde encontramos a mais baixa incidência deste tipo de produção.

Tabela 1 - Distribuição porcentual das explorações investigadas segundo a existência de horta familiar nos quatro municípios representativos das dinâmicas territoriais de desenvolvimento.

| Dinâmica territorial de desenvolvimento | Município | Possuem horta? (%) | |
|---|----------------------|-----------------------|------|
| | | Sim | Não |
| Padrão Ibérico | Morro Redondo | 87,1 | 12,9 |
| Agroindustrial Exportador | Salvador das Missões | 93,1 | 6,9 |
| | Três Palmeiras | 89,8 | 10,2 |
| Terceira Itália brasileira | Veranópolis | 98,3 | 1,7 |
| Total | | 92,0 | 8,0 |

Fonte: Pesquisa AFDLP - UFPEL/UFRGS/CNPq, 2004.

Por outra parte, através dos dados da Tab. 2 é possível conhecer o valor médio do autoconsumo familiar total em cada um dos estudos de caso e a renda total média das famílias estudadas. No primeiro caso tem-se o somatório da produção vegetal, animal e dos artigos da indústria doméstica rural correspondente ao ano agrícola 2001-2002, enquanto que no segundo caso o indicador identifica a soma de todos os tipos de ingressos econômicos das famílias (agrícolas, não-agrícolas e de transferências sociais) em relação a este mesmo período de tempo.

No que afeta ao autoconsumo, há sobradas razões para entender que em Veranópolis é onde o já mencionado *ethos de colono* se manteve de forma mais consistente. No pólo oposto, em Morro Redondo é onde o peso do autoconsumo é menos expressivo em face das razões anteriormente expostas. Em Salvador das Missões e, particularmente, em Três Palmeiras encontram-se valores significativamente mais baixos que em Veranópolis. No caso de Três Palmeiras são evidentes os sinais que demonstram o grau de intensidade com que se impôs a dinâmica agroexportadora. Os produtores desta localidade tem a soja como principal cultivo, havendo escassas possibilidades de elevar o nível das rendas e de diversificar as fontes de ingresso econômico.

Perguntamos aos entrevistados se consideravam que a produção de suas hortas era suficiente para atender às necessidades de consumo da própria família (ver Fig. 2). Os dados agregados indicam que para 83,1% dos 238 estabelecimentos familiares a resposta é afirmativa. Não obstante, quando analisamos a situação desde a perspectiva dos estudos de caso, surgem diferenças dignas de nota. O grande paradoxo resulta do fato de que num dos municípios situado numa das regiões mais tradicionais na produção comercial de frutas de clima temperado (Morro Redondo) encontra-se a mais baixa capacidade das famílias suprirem suas necessidades de autoconsumo. Esse quadro reveste importância na medida em que parece refletir a perda de raízes culturais, bem com os efeitos do que antes aludimos como “processo de mercantilização” dos espaços rurais.

Tabela 2 - Produto Bruto do autoconsumo em reais nos municípios investigados.

| Dinâmica territorial de desenvolvimento | Município | Valor médio do Autoconsumo em Reais (R\$) | Valor médio da Renda anual familiar em Reais (R\$) |
|---|----------------------|---|--|
| Padrão Ibérico | Morro Redondo | 1.727,14 | 14.003,00 |
| Agroindustrial Exportador | Salvador das Missões | 3.593,13 | 21.181,15 |
| | Três Palmeiras | 3.392,35 | 14.119,26 |
| Terceira Itália brasileira | Veranópolis | 5.634,23 | 30.269,58 |

Fonte: Pesquisa AFDLP - UFPEL/UFRGS/CNPq, 2004

Alguns exemplos contribuem para entender dito cenário, a exemplo de certas famílias que se encontram na condição de reféns da produção fumageira em regime de integração vertical e não dispõem de tempo e condições para implicar-se na produção de autoconsumo como o faziam em tempos pretéritos. O cultivo de fumo ocupa praticamente todo o ano agrícola em face das inúmeras atividades que abarcam a semeadura, plantio, colheita, secagem e classificação e acondicionamento do produto final.

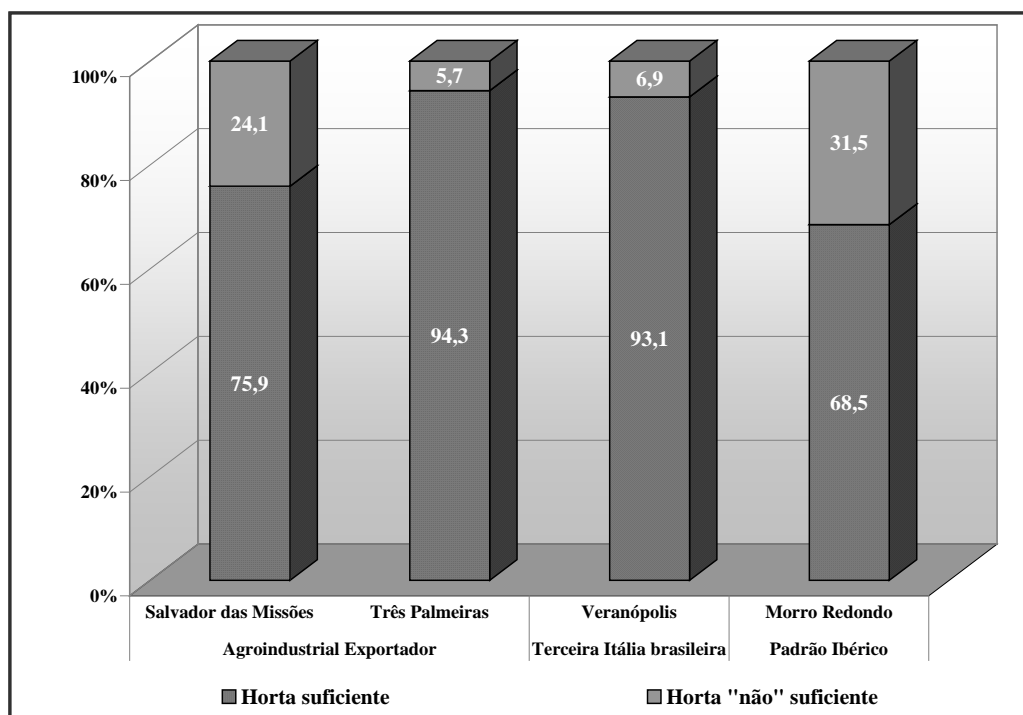


Figura 2 - Distribuição dos entrevistados sobre a suficiência de horta para as necessidades da família.

Fonte: Pesquisa AFDLP - UFPEL/UFRGS/CNPq, 2004.

Destarte, a paisagem rural do norte e noroeste sulriograndense revela um sem-número de explorações em que a soja ocupa todo o espaço disponível no contexto de propriedades de reduzidas dimensões (média de 15 hectares), excluindo apenas o espaço correspondente ao domicílio da família. Trata-se da mais palpável expressão do esforço destas famílias no sentido de converter todos os espaços disponíveis à produção desta oleaginosa. Representa, em última instância, o que se passou a denominar como fenômeno de “sojização” do espaço rural, referido também em estudos realizados em outros países do continente, como no caso

da República Argentina (ASCUY AMEGHINO, 2004; ASCUY AMEGHINO e LEÓN, 2005).

O elevado nível de especialização produtiva acarreta, portanto, enormes dificuldades com respeito às possibilidades com que contam as famílias para assegurar a reprodução social de seus membros. Em Salvador das Missões, mais que em Três Palmeiras, é onde encontramos um maior número de experiências identificadas com a diversificação via agregação de valor aos produtos, como no caso da produção de derivados da cana-de-açúcar (açúcar mascavo, rapadura, aguardente, mandolate). O governo gaúcho (1998-2002) e algumas prefeituras municipais desenvolveram programas específicos de apoio a estas iniciativas, não somente via financiamento de novas agroindústrias, mas na tentativa de consolidar uma legislação orientada a romper o manto de clandestinidade que se impõe sobre essa atividade.

Esses elementos, ainda que preliminares, respondem a alguns dos questionamentos a que nos dispusemos enfrentar no marco desse projeto. Com efeito, há uma estreita associação entre, por uma parte, a dinâmica territorial de desenvolvimento e, de outro, a importância material e simbólica das práticas de autoconsumo no contexto das condições sociais de existência das famílias rurais. Há que reconhecer igualmente o peso dos aspectos culturais que conformam os traços fundamentais da economia camponesa enquanto forma social de produção. O que parece indiscutivelmente claro é que a modernização e mercantilização dos espaços rurais acarretam, em graus variáveis, mas inexoravelmente, o nível de protagonismo das práticas de autoconsumo junto aos estabelecimentos que foram objeto dessa pesquisa, seja fortalecendo-as, seja esvaziando seu conteúdo e significado.

3.1 O CONSAD-Missões: uma breve referência à estratégia estatal de *territorializar* a política de segurança alimentar

Na região missioneira gaúcha foi implantado o primeiro “Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local” (CONSAD) do Brasil. Em linhas gerais o CONSAD representa uma aposta no sentido de territorializar a política de segurança alimentar e simultaneamente criar um espaço de diálogo e reflexão em torno ao fomento de ações e novos projetos orientados a mitigar o problema da fome, ampliando a inclusão social e reduzindo as desigualdades. O Estado brasileiro, inicialmente representado pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à fome (MESA), posteriormente substituído pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS), assume então, no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, o compromisso de destinar recursos e acolher os projetos intermunicipais de desenvolvimento encaminhados pelos CONSADs.

Mediante acordo de cooperação técnica firmado entre a FAO ONU e o MDS tivemos a oportunidade de acompanhar o processo de implantação do CONSAD Missões no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2004, ocasião em que realizamos a aplicação de 70 entrevistas com atores sociais e representações dos poderes públicos e da sociedade civil envolvidos com esse mesmo processo. Essa aproximação, realizada por equipe interdisciplinar, contribuiu decisivamente para avaliar os avanços e obstáculos que dita estratégia governamental conhece no sentido de atender aos objetivos pelos quais foi inicialmente concebido o CONSAD.

Essa pesquisa detectou alguns aspectos essenciais, a exemplo do reconhecimento de que efetivamente a questão do incremento da insegurança alimentar guarda estreita vinculação com a incessante expansão das *commodities* no contexto da dinâmica em que operam as explorações familiares, bem como a vulnerabilidade do tecido social às flutuações dos

mercados e das catástrofes climáticas face à intensa especialização a que se vê submetida essa região. Nem sempre são factíveis as soluções propostas para enfrentar esses problemas.

Desde o prisma institucional, há, indiscutivelmente, uma ambigüidade básica na proposta correspondente ao CONSAD. Se a sigla alude ao “desenvolvimento local”, a estratégia do MDS apregoa as virtudes de uma estratégia de corte territorial. Por outra parte, há certos problemas no que tange ao âmbito geográfico relativos ao concerto das forças políticas implicadas no marco dessa proposta. O CONSAD Missões aglutina em torno de si um conjunto de 25 municípios com características bastante distintas no que toca às respectivas demandas e níveis de desenvolvimento humano, situação que cria dificuldades consideráveis com relação ao objetivo de estabelecer metas afins entre as localidades que o conformam.

Resulta clara a distância que separa municípios marcados pela hegemonia da agricultura familiar e outras localidades em que predomina uma sociabilidade regida pelo peso do latifúndio e de uma agricultura patronal freqüentemente absenteísta associada a uma pecuária de escassa produtividade. Além dessas questões e problemas, foram igualmente identificados outros obstáculos, tais como:

- Carece de consistência e significado o conceito de segurança alimentar sob a ótica e lógica de atuação dos protagonistas do desenvolvimento territorial no âmbito do CONSAD Missões. Muitas das instituições estabelecem estratégias baseadas numa visão de corte assistencialista que restringe a participação da cidadania. Esta visão coincide, por exemplo, com a proposta de construir hortas comunitárias sem o devido envolvimento dos sujeitos e a população objeto desse processo. Recorrentemente tais iniciativas são abandonadas tão logo o poder público se retira do processo após a sua implantação.
- O esforço por estabelecer pactos territoriais encontra dificuldades devido à preponderância de uma visão marcadamente localista na atuação dos agentes de desenvolvimento. Se a constituição de 1988 representou um avanço no sentido de consolidar a transferência de uma série de competências para os municípios, resulta complexo o esforço por articular projetos de natureza intermunicipal em face dessa “cultura municipalista”.
- Há uma escassa incidência de projetos e iniciativas que contemplem minorias ou grupos sociais desfavorecidos (mulheres, indígenas, jovens, etc.) como beneficiários essenciais das ações de desenvolvimento. A maior parte dos projetos (42,0%) prevê o apoio a cadeias produtivas e, portanto, pouco a ver com a questão da segurança alimentar.

Em seu caminho por definir o que é a própria essência da estratégia do CONSAD, mormente a transferência de competências e a descentralização da intervenção estatal, o governo enfrenta obstáculos para fazer convergir os atores sociais em prol da construção de pactos territoriais, efetivos e duradouros, em torno aos objetivos da segurança alimentar. A experiência relativa ao CONSAD Missões apontou, destarte, o excessivo nível de protagonismo dos poderes públicos em detrimento da participação cidadã. O Projeto CONSAD poderá converter-se numa experiência positiva com relação ao objetivo de reduzir os níveis de pobreza e insegurança alimentar. Entrementes, torna-se imperativo rediscutir o papel do Estado o qual deve orientar sua intervenção no sentido de assumir a condição de facilitador de novas alianças que contribuam no sentido de ampliar suas fontes de legitimidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo rural e o agrícola encontram-se, inevitavelmente, no epicentro das grandes transformações que incidem sobre a sociedade contemporânea neste começo de milênio. A globalização converteu-se num dos processos que adquirem proporções gigantescas em face dos impactos que produz na perspectiva de aprofundar, se ainda mais é possível, a especialização dos territórios na geração de determinados produtos e atividades.

A marcha desse processo é evidente no caso do Rio Grande do Sul, ainda que sua intensidade varie segundo as características dos territórios implicados. Este fenômeno faz com que emergja uma paisagem agrícola completamente distinta a que predominava quando as explorações familiares dedicavam-se a um amplo e diversificado conjunto de produções e tipos de atividades. Na aproximação que desenvolvemos no plano da realidade concreta foi possível desvendar um quadro paradoxal. A incorporação massiva dos chamados “insumos modernos” fez com que crescesse a produtividade dos fatores até níveis considerados impensáveis em circunstâncias pretéritas. Mas, simultaneamente, incrementou-se a desaparecimento de muitos estabelecimentos e a proporção de explorações familiares em que a produção de autoconsumo tornou-se absolutamente desprezível, sobretudo naquelas orientadas exclusivamente à geração de *commodities* agrícolas, como é o caso da soja, ainda que esse quadro possa ser estendido a outros gêneros de produção, a exemplo do tabaco, avicultura e suinocultura em regime de integração vertical.

Em umas partes, mais que em outras, o mito da autonomia camponesa é preservado sobre a base do chamado “ethos de colono” no Brasil meridional. Mas se há um aspecto no qual coincidimos neste estudo é que ali onde a modernização da agricultura e mercantilização dos espaços rurais foram mais intensas, mais vulneráveis tornam-se os estabelecimentos familiares do ponto de vista da própria capacidade de prover, ainda que apenas parcialmente, suas necessidades de consumo. Entre os quatro territórios investigados no marco desse projeto, é justamente na “Serra Gaúcha” onde aparecem preservados os traços que identificam uma cultura tipicamente camponesa surgida a partir do assentamento de imigrantes europeus durante o século XIX.

Ao contrário do que ocorre em outras partes da geografia gaúcha, nesse território se impôs um modelo de desenvolvimento similar ao que a literatura especializada define como “*distritos industriais marshalianos*” (BECCATINI, 1987), com seus sistemas produtivos localizados. Sobre essa base tem-se um tecido industrial bastante diversificado e um mercado de trabalho que unifica os âmbitos rural e urbano em sua capacidade de gerar emprego e renda à população regional.

Ali o trabalho na fábrica não implica em ruptura com a exploração produtiva do estabelecimento agrícola, senão que assegura às famílias rurais uma outra fonte de renda que favorece a inversão de parte desses ativos na própria agricultura ou na melhoria de suas condições de vida. Não parece obra do acaso o fato de que estudos recentes (VEIGA, 2001) tenham afirmado que esta zona apresenta um dos melhores indicadores de desenvolvimento humano do Brasil.

O que nossos dados informam é que nesse território não estão apenas as mais altas rendas (agrícolas e não-agrícolas) da agricultura familiar sulriograndense, mas também uma maior preservação de certas práticas concernentes ao peso atribuído ao autoconsumo familiar.

A aludida estratégia nacional em prol de territorializar a política de segurança alimentar, que culminou com a criação do CONSAD Missões, depara-se com uma série de obstáculos no que afeta ao desenho institucional e a concertação de interesses públicos e privados, assim como na relação com outras questões sublinhadas nesse artigo.

5 REFERÊNCIAS

- ASCUY AMEGHINO, E. De cultivo marginal a motor de la agriculturización: hipótesis y problemas en torno a la “sojización”. Documentos de Trabajo n° 2, CIEA, Buenos Aires, 2004.
- ASCUY AMEGHINO, E.; LEÓN, C.A. La “sojización”: contradicciones, interés y debates, in: Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios, n° 23, 2° semestre 2005, p.133-157.
- BECCATINI, G. (1987). *Mercato e forze locali: il distretto industriale*. Il Mulino, Bologna.
- CANDIDO, A.(1987). *Os parceiros do Rio Bonito*. Livraria Duas Cidades, São Paulo.
- GRAZIANO DA SILVA, J., (1999a). *O Novo Rural Brasileiro*. UNICAMP/Instituto de Economia, Campinas.
- GUILHOTO, J.J.M.; SILVEIRA, F.G. AZZONI, C.R.; ICHIARA, S.M. (2005a). “A importância do agronegócio familiar no Brasil” en *Anais del XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, FEARP/USP, PENSA/USP, Ribeirão Preto.
- GUILHOTO, J.J.M.; SILVEIRA, F.G. AZZONI, C.R.; ICHIARA, S.M. (2005b). “O PIB do agronegócio familiar no Rio Grande do Sul” en *Anais del XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, FEARP/USP, PENSA/USP, Ribeirão Preto.
- KAYSER, B.; BRUN, A.; CAVAILLÈS, J.; LACOMBE, P. (1994). *Pour une ruralité choisie*. Datar Éditions de l’Aube, Paris.
- MARSDEN, T. (1998). “New Rural Territories: regulating the differentiated rural areas spaces” en *Journal of Rural Studies*, v.14, n.1, Great Britain, pp. 107-117.
- PNUD/IPEA/FJP. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA/Fundação João Pinheiro, (2003). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília.
- SACCO DOS ANJOS, F. (1994). "A Agricultura Familiar em Transformação: o surgimento dos part time farmer's em Santa Catarina" en: *Anais del XXXII Congresso brasileiro de economia e sociologia rural*, v. I, Brasília, p. 442-449.
- SACCO DOS ANJOS, F. A (1995). *Agricultura Familiar em transformação: O caso dos colonos-operários de Massaranduba, Santa Catarina*. Editora da UFPEL., Pelotas.
- SACCO DOS ANJOS, F. (2001). "Agricultura Familiar, Pluriactividad y Desarrollo Rural en el Sur de Brasil" en: *Revista Internacional de Sociología*, v.28, n.Jan-Abr, España, p.173-205.
- SACCO DOS ANJOS, F. (2003). *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil*. UFPEL, Pelotas.
- SCHNEIDER, S. (1995). "As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial", en: *Ensaio FEE*, v.16., n.1, Porto Alegre, pp.105-129.
- SCHNEIDER, S. (2003). *A pluriatividade na agricultura familiar*. Editora da UFRGS, Porto Alegre.
- VEIGA, J. E. (2001). *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. CNDRS, MDA, NEAD, Texto para Discussão n° 1, Brasília.

6 AGRADECIMENTOS

Os autores do artigo agradecem o apoio do CNPq, através do financiamento a projetos de pesquisa, bem como à concessão de bolsa de produtividade e de bolsa de mestrado, sem o qual esse trabalho não poderia ser realizado.